

SOBRE A “CRISE CONTEMPORÂNEA”: UMA NOTA PERPLEXA

José Luis Fiori
UFRJ

1. A descrição mais sintética e consensual da *crise contemporânea* ressalta o processo de desconstrução das matrizes histórico-científicas e político-ideológicas que organizaram o espectro das opções éticas e comandaram a *universalização da história* a partir do século XVIII. Mas esta percepção da crise tem forte conotação eurocentrista, não levando em conta, freqüentemente, suas formas de manifestação ocorridas na periferia do capitalismo. Esta diversidade torna-se bastante nítida quando se repassa a trajetória histórica da crise que se inicia nos anos sessenta, sob a ótica da economia política das relações internacionais. Sobretudo quando se tem presente que foi a partir dali que se iniciou o debate político, ideológico e teórico, envolvendo economistas e físicos, historiadores e teólogos, estrategistas e biólogos, arquitetos e astrofísicos sobre a chamada *pós-modernidade*, conceito que encobria e tentou homogeneizar a consciência de uma situação de dissolução progressiva dos parâmetros referenciais básicos de organização epistemológica e normativa do conhecimento e da sociedade. Desestruturação ético-epistemológica que, no plano do conhecimento, fundou um questionamento radical dos fundamentos de toda a *racionalidade moderna* e no plano sociopolítico desmontou as referências ideológicas que organizaram todos os projetos e lutas coletivas nos dois últimos séculos. Por outro lado, esta desestruturação foi parceira inseparável de uma desmontagem da ordem econômica internacional que abriu espaços para uma

indisciplina generalizada e ameaçadora em vários espaços de dominação política, nacional ou internacional. O interessante é analisar como, neste período histórico, estes processos acabaram confluindo para uma mesma resultante ideológica: o questionamento radical da existência de qualquer *sentido histórico* libertador fundado racionalmente numa necessidade que pudesse ser desvendada pela filosofia ou pela economia política e agenciada pela ação consciente de reformadores iluministas ou revolucionários socialistas.

2. Se tivermos de definir um momento, 1968 é uma boa referência do ponto de partida desta crise de consciência moderna, ou da consciência da crise da modernidade. Uma data alegórica, mas que não é completamente aleatória. Há consenso de que, em torno à Revolução de Maio em Paris, concentraram-se manifestações críticas de diferentes tipos em vários pontos do mundo. Em nosso entender, elas já anunciavam o que posteriormente foi caracterizado como uma profunda transformação econômica e política de natureza mundial. É por isso que uma “revolução” francesa e esquerdista acabou se transformando na explicitação de forças e argumentos que espraíram-se pelo mundo, corroendo de forma paradoxal as próprias ideologias e estratégias progressistas, no mesmo momento em que, noutra latitude, o famoso manifesto da Trilateral anunciava uma emergente desconfiança conservadora com relação às virtudes do pluralismo democrático.

Já foram feitos mapeamentos pormenorizados destes acontecimentos. O que queremos é chamar a atenção para uma interessante assimetria, que se estende por toda a década de setenta, surgida destas trepidações ideológicas e institucionais que se concentram no período que vai de 1968 a 1973. Neste quinquênio ocorreram vitórias expressivas dos movimentos de contestação estudantil e cultural nos países centrais, e nos países periféricos eclodiram movimentos de libertação política e econômica. Entre 1968 e 1973 renasce o *sindicalismo de conflito* e aumenta a participação dos salários na renda produzida por quase todos os países europeus e até mesmo nos Estados Unidos. Mas também neste período, os Estados Unidos são derrotados pelo Vietnã numa guerra que mobilizou a opinião pública progressista mundial (quicá pela última vez) e deslocou suas esperanças utópicas e libertárias para o Terceiro Mundo. Posição reforçada pela ousada decisão dos países árabes de embargar o petróleo durante a guerra do Yom Kippur, elevando logo depois os preços da matéria-prima que sustentou o sucesso econômico ininterrupto desde os anos cinquenta. Também no lado socialista a Primavera

de Praga e a invasão da Tchecoslováquia anunciava uma indisciplina *periférica* cada vez mais incontrolável.

Neste período também há uma coincidência extremamente sugestiva, mesmo para os que confessam irritada aversão ao materialismo histórico. Como é sabido, no final de 1967, o presidente Johnson tomou a decisão tardia de conter a deterioração da situação financeira norte-americana, buscando impedir a migração dos capitais privados para a Europa. Já era tarde, e sua tentativa de obstaculização apenas ajudou a acelerar o processo de internacionalização do sistema bancário norte-americano, contribuindo decisivamente para o desequilíbrio da balança de pagamentos do país e para a posterior decretação, unilateral, do fim de conversibilidade da moeda norte-americana em 1973. Decisão responsável pelo fim do *padrão-dólar*, no qual se sustentara o sistema monetário e financeiro mundial desde 1945. São estes os acontecimentos que estão na origem da crise econômica, que, depois de acelerada pelo primeiro choque do petróleo, se estendeu até a década de oitenta, atingindo diferenciadamente todas as economias capitalistas. Assim, por exemplo, enquanto naqueles anos nos países centrais houve estagflação, em muitos países periféricos, como no caso brasileiro, houve um crescimento econômico acelerado pelos petrodólares.

3. A perda do poder norte-americano de ordenação monetária e de organização militar do mundo capitalista foi vista por muitos como o início da crise da hegemonia sobre a qual se constituiu a ordem mundial do pós-segunda guerra. Esta *desorganização* econômica e político-militar estendeu-se até a década de oitenta. Seu ápice foi atingido com a desastrosa tentativa de resgate dos reféns americanos no Irã, feita em 1978 pelo governo Carter, e prosseguiu até o segundo choque dos preços do petróleo, em 1979. Em nosso entender, a reversão deste quadro só começa com a implantação da nova política monetária norte-americana, iniciada no ano de 1978, e, do ponto de vista político-militar, com a derrota da Argentina nas Malvinas em 1982, imposta pelos ingleses, mas apoiada terminantemente pelos norte-americanos.

Efetivamente esta foi a década das crises nos países centrais; crise de investimento, de preços e de crescimento econômico. Terminou o período áureo de crescimento sustentado e das políticas de bem-estar social que acompanharam a hegemonia do pensamento liberal-pluralista no plano político. Em resposta a esta crise, todos os demais países capitalistas tiveram de ajustar suas economias, provocando pesadas reversões em todo o mundo, acompanhadas de recessão, inflação, desemprego etc. Estes ajustes, porém, geraram também uma redivisão internacio-

nal do trabalho e a reestruturação industrial do planeta. Em alguns casos, particularmente no Japão, iniciou-se um processo de mudanças tecnológicas e organizacionais que mais tarde ficou conhecido como a *Terceira Revolução Industrial*. Ao mesmo tempo o fracasso contínuo das políticas econômicas keynesianas cedeu lugar à crítica teórica e ideológica destas teorias. Muitos consideraram, talvez prematuramente, que chegara ao fim a teoria e a política econômica dominante desde a crise dos anos trinta, defensora de uma intervenção racional e eficiente do Estado.

4. Ainda na década de setenta, a crítica conservadora do pluralismo democrático, do intervencionismo estatal e, sobretudo, do papel do Estado como promotor de bem-estar social, assumiu proporções quase universais. Ela ingressou no terreno da luta ideológica, modificando, num primeiro momento, a estratégia dos partidos conservadores. Logo depois ela transformou-se no discurso de quase todos os partidos importantes dos países capitalistas centrais: democrata-cristãos, liberais, e até mesmo social-democratas. Portanto, naquele momento, perdiam força as idéias centrais que organizaram durante longo tempo o espaço ideológico (sobretudo europeu) da hegemonia norte-americana, apesar de elas não estarem sendo confrontadas ou ameaçadas por algum eventual revigoramento das idéias socialistas. Pelo contrário, a crise era produzida pela ineficácia dos próprios governos capitalistas. Terminava uma longa época de euforia, na qual se acreditara na possibilidade real de compatibilizar o crescimento econômico capitalista com o aumento da igualdade social e a preservação das liberdades democráticas. A partir dos anos setenta, o número dos que defendiam o planejamento, a regulação estatal, o distributivismo das políticas sociais, o universalismo da proteção pública, etc., diminuiu progressivamente. Também aumentou muito a desconfiança na eficácia dos sindicatos e dos partidos em preservar a estabilidade política e o funcionamento autocontrolado dos sistemas democráticos. Impunha-se cada vez mais a convicção conservadora de que o pluralismo democrático produzia situações de descontrole inevitáveis, devido ao *excesso de demanda* por parte de uma sociedade cada vez mais complexa e diferenciada. Novamente ganhava espaço a tese de que deveriam ser impostas limitações à participação do cidadão e a redução do espaço de intervenção do Estado. Voltava-se a desconfiar das virtudes auto-regulatórias da democracia. Chegava ao fim, assim, o vigor da utopia *liberal-social* que movera corações e mentes durante duas longas décadas.

Em troca, foi neste momento, no qual se difundia nos meios conservadores o consenso em torno da crise do Estado, da crise

dos partidos políticos, dos sindicatos, dos sistemas políticos, etc., que o sindicalismo de *conflito* e a multiplicação dos movimentos sociais em torno à paz, ao feminismo, às minorias, etc., avançaram. O resultado foram significativas conquistas salariais, que já mencionamos, mas também outras conquistas legais de cunho distributivista e protecionista, que radicalizaram ainda mais as novas teses críticas difundidas pelo pensamento conservador.

5. Surpreendentemente o pensamento político progressista também entrou em crise nesta década. Juntamente com os conservadores, a esquerda em geral, e particularmente a européia, iniciava ali um demolidor ataque ao Estado promotor de bem-estar social, aos sindicatos e aos partidos políticos, mesmo que as razões fossem bem distintas. O Estado de bem-estar social foi atacado por sua atividade de cooptação e natureza não-igualitária, enquanto os sindicatos eram acusados de baixa combatividade, de integração com o sistema e de visão corporativa. Já os partidos políticos, principalmente os de esquerda, eram criticados por serem eleitoreiros, terem perdido suas bandeiras ideológicas e o vigor revolucionário. Deve-se recordar esta hora, a mesma em que, a partir da segunda metade dos anos sessenta, muitos partidos social-democratas ou socialistas começaram a participar de coalizões ou de alianças governamentais com os partidos de centro. Igualmente, esta foi a hora em que, no início dos anos setenta, vários partidos socialistas se reorganizam e redefinem sua nova ideologia e estratégia. Desta forma, na década de oitenta, essas mesmas agremiações assumiram a responsabilidade de encaminhar as políticas econômicas e sociais desenhadas a partir do ideário neoconservador que estava em plena ascensão.

Em síntese, na década de setenta, também a esquerda dos países centrais perdeu a crença na possibilidade de um avanço socialista pelo caminho da democracia partidária e na ampliação da presença regulatória, planejada e protetora do Estado.

Em outra latitude, a morte e a posterior mitificação da figura de Che Guevara em 1967, acompanhada pelo avanço dos vietnamitas em sua guerra de libertação, ajudaram a deslocar transitóriamente a utopia esquerdista para o potencial revolucionário do Terceiro Mundo e a desconhecer a ressurgência sindical que estava ocorrendo na Europa. Este deslocamento abriu as portas ao processo de desagregação da utopia socialista, que começou no plano teórico pela violenta crítica estruturalista às idéias marxistas de sujeito e de história e foi feita quase em uníssono com o anarquismo subjacente à Revolução de Maio de 1968. De qualquer forma foi certamente no Terceiro Mundo que aconteceram os fatos decisivos que aceleraram a crise do pensamento

político de esquerda. O efeito estimulante da vitória vietnamita durou pouco. O genocídio da população do país, promovido pelo governo cambojano de libertação nacional, e a invasão do Vietnã, depois de sua vitória sobre os Estados Unidos, pelo seu ex-aliado chinês, transformaram a vitória militar em um quase completo fracasso político-ideológico. De tal forma que, em poucos anos, os teóricos da esquerda, ou a força dos fatos, se encarregaram de destruir a confiança na eficácia das estratégias reformistas social-democratas e das estratégias revolucionárias, tanto nos países centrais como nos países que ainda tinham orgulho de serem chamados de Terceiro Mundo. Os socialistas se encarregaram da crise de seu sistema, tanto na teoria como na prática, desconstruindo progressivamente os conceitos vigentes de sujeito e de história. Depois da invasão da Tchecoslováquia e do crescente volume de denúncias e revelações do caráter totalitário dos regimes socialistas do Leste Europeu, a esquerda passou a questionar cada vez mais as concepções estratégicas de revolução e de reforma dos partidos políticos, dos sindicatos, do Estado etc., sacudindo a crença na possibilidade de um socialismo real. Na verdade, os acontecimentos posteriores, de 1989, já estavam anunciados no início deste longo período de desestruturação do pensamento e da prática socialista. A diferença em relação à crise da utopia social liberal foi que, neste caso, a crise atingiu as raízes do pensamento e da estratégia que dividiu com o liberalismo o espaço da luta político-ideológica durante, pelo menos, um século e meio. Não havia mais apenas uma crítica e uma desconstrução de determinada versão do socialismo, mas sim uma crise que começava a atingir os alicerces mais profundos do sistema. Nesta crise, o socialismo ficou totalmente desamparado e a ofensiva conservadora conseguiu tornar-se vitoriosa na década seguinte.

6. As citadas crises econômica, política e ideológica, tiveram temas convergentes e ocorreram no mesmo período histórico, mas, depois do quinquênio 68-73, seus prolongamentos foram diferentes. No final da década de setenta, particularmente no período entre 1978 até 1983, o mundo assiste a uma profunda reversão de tendências. O processo desestruturante dos países centrais começa a ser superado com a recomposição ideológica e o avanço das forças políticas conservadoras, que vai se consolidar entre os anos 1978 e 1982.

Neste novo quinquênio, a reversão começa no plano político e ideológico e estende-se ao plano econômico. Não deixa de ser significativo que esta grande reversão do pensamento conservador se inaugure, no plano ideológico, com a escolha, em 1978, do Papa João Paulo II, o grande responsável pela interrupção de

um longo processo de diáspora e de desestruturação que marcou a trajetória da Igreja Católica depois do Concílio Vaticano II e que teve seu momento mais dilacerante durante o papado de Paulo VI (exatamente o período que estivemos comentando). A reordenação e a retomada da disciplina no ocidente começou, portanto, nas suas raízes mais profundas, e pela sua instituição mais antiga. Iniciava aí a derrota do que foi ao mesmo tempo a manifestação mais autêntica e original da Igreja Católica na periferia: a Teologia da Libertação.

Esta inflexão conservadora adquiriu força política e econômica própria com a vitória da Sra. Thatcher e de Reagan, que assumem, em 1979 e 1980, o comando político do *eixo imperial* da modernidade capitalista industrial. Movimento que se completa com a derrota do projeto social do primeiro governo Mitterrand, na França; com o afastamento dos comunistas italianos do governo de *unidade nacional* experimentado na Itália na segunda metade dos anos setenta, e com a opção pioneira dos socialistas espanhóis por uma política econômica rigorosamente alinhada com o vitorioso ideário neoliberal.

7. Mesmo que a ordem dos fatores esteja invertida, o resultado do quinquênio 78-83 foi análogo ao do quinquênio 68-73. Mais uma vez a política econômica norte-americana deu a direção e o ritmo às novas transformações políticas, apesar de a principal artifice ideológica da nova era ter sido, sem sombra de dúvida, a primeira ministra inglesa. O processo então iniciado, que poderíamos chamar de *retomada da hegemonia norte-americana*, começa mais uma vez pelo lado da moeda, e só chega aos canhões em sua fase final. Subindo suas taxas de juros internas, com vistas à revalorização do dólar para reverter a situação de decadência financeira norte-americana, o governo dos Estados Unidos e o FED iniciaram o que ficou conhecido como a *diplomacia do dólar forte*. Ela foi responsável, imediatamente, por uma desvalorização desigual das demais moedas, seguida de uma crise financeira global da economia. Os ajustes econômicos obrigatórios das diversas economias nacionais a esta nova realidade foram os grandes responsáveis — junto com o segundo choque do preço do petróleo — pelo movimento recessivo generalizado que atravessou a economia mundial durante os primeiros anos da década de oitenta. O resultado, em todo lugar, foi a deterioração da situação das finanças públicas e o desemprego generalizado.

Esta recuperação da economia norte-americana a partir de 1983, movida por amplos déficits fiscais e comerciais, acabou, porém, alavancando a economia dos países centrais. A partir de 1984/1985, eles retomam seu crescimento em ritmos distintos, só que

agora nitidamente capitaneados pelo triângulo Japão-Alemanha-Estados Unidos. A segunda metade da década é marcada por um crescimento e uma euforia financeira contínua, ajudando a consolidação indiscutível da vitória conservadora até o final dos anos oitenta. Os Estados Unidos são reconduzidos ao comando de um império que, com a derrota do Iraque e a dissolução do bloco soviético, alcança um nível de inquestionabilidade sem precedente na história humana.

Quando o cenário mundial se reordena e a estagnação é superada, o quadro econômico estrutural está radicalmente modificado. É clara a existência, já em pleno funcionamento, de um novo padrão tecnológico e organizacional da produção. O sistema financeiro internacional se altera radicalmente, e a divisão internacional do trabalho entre corporações, países, regiões, etc., é redesenhada. A crise deixou mutações qualitativas na produção e nos mercados, mas o sentido básico do sistema continua o mesmo. Apesar da profunda crise vivida pela teoria econômica, a economia política não perde sua validade e ainda consegue dar conta, apesar das dificuldades, do movimento em expansão do capital e da universalização dos mercados. No final da crise, mais do que nunca, a história econômica transformou-se em história universal. Contudo, esta transição teve momentos e espaços mais relevantes que outros, e deixou em seu caminho inúmeros derrotados.

Este tempo da reconstrução e reestruturação também foi um período de reenquadramento do trabalho e das periferias capitalistas, além de um tempo de reafirmação do poder dos governos, de vitória e hegemonia das novas idéias conservadoras. Mesmo assim, depois de uma década, o Estado de bem-estar não foi destruído nos países centrais. Pelo contrário, os partidos políticos recuperaram seu papel no contexto de democracias redisciplinadoras pela férrea batuta conservadora. Neste sentido, o tempo encarregou-se de separar os problemas e descon continuidades reais do diagnóstico meramente ideológico da crise das instituições políticas, feito tanto pela esquerda como pela direita nas décadas de sessenta e setenta. Nos anos oitenta, alguns ainda falavam de uma crise econômica e política nos países centrais, mas ali ela já havia terminado. Porém, o mundo se modificara, e a crise se deslocou para outros lugares situados na periferia.

8. A década de oitenta apresenta uma assimetria inversa à que ocorrera nos anos setenta. Nesta década houve, no centro, uma verdadeira crise sindical, atribuída por muitos exclusivamente às mudanças da base produtiva, quando na verdade ela foi,

sobretudo, o resultado de uma política intencional dos governos conservadores, com vistas a redisciplinar o trabalho. O ajuste econômico, feito previamente, e a reestruturação produtiva implicaram custos altíssimos para os trabalhadores, mensuráveis no aumento do desemprego estrutural e na redução da participação salarial nas rendas nacionais. Dá-se uma clara reversão nas conquistas dos anos setenta, e, como queria a década conservadora, os sindicatos são desestruturados pela força, da recessão ou da lei. A Sra. Thatcher tem um papel de liderança indiscutível na defesa das novas idéias a respeito dos direitos sindicais e de sua imposição legal.

Ela também encabeçou o reenquadramento periférico. Iniciado de forma militar pela derrota imposta aos argentinos nas Ilhas Malvinas, teve seu desenvolvimento na imposição da cobrança inegociável das dívidas externas, um verdadeiro enquadramento econômico. Durante toda a década, as dívidas se transformaram em verdadeiro garrote vil financeiro. Na verdade, a partir da moratória mexicana de setembro de 1982, os países periféricos tiveram de se submeter invariavelmente à disciplina imposta pelo FMI para manter o acesso aos recursos do sistema financeiro privado e público internacional. Uma disciplina que impunha normas de política econômica e reformas institucionais rigorosamente seguidas por todos os países endividados. Começa aí o calvário da periferia capitalista, particularmente da América Latina, para onde se translada uma crise econômica crônica. Ocorre então uma prolongada estagnação, que se estende por toda a década de oitenta e chega até hoje. Parecendo obra de um destino trágico, o crescimento econômico dos países centrais desta vez não alavancou o crescimento dos países atrasados. Pelo contrário, generalizou a exigência de um ajustamento econômico recessivo, que vem impondo custos extremamente altos a uma população que já apresentava condições de vida prévias muito piores que a dos países centrais.

Parecendo também obra do destino trágico, é sob a pressão desta crise econômica que a América Latina, e diversos outros países de diferentes partes do mundo, alcançam o que já parecia um sonho impossível: a democracia. Mas esta democracia já renasce pressionada por demandas que se agigantam a cada momento, devido ao aumento das dificuldades e à limitação dos recursos e do espaço efetivo de poder dos governos nacionais, condicionados pela globalização financeira da economia mundial e pelo volume de suas dívidas externas.

9. No entanto, talvez a transformação mais importante da década tenha sido realizada no plano ideológico (para efeitos desta

breve reflexão). Acreditamos que foi neste plano que aconteceu, nos anos oitenta, uma verdadeira derrota, e não apenas uma crise de dimensões seculares. Aqui a vitória completa e quase universal dos liberais conservadores teve como consequência, ou foi coetânea de uma *crise da utopia* ou do projeto socialista, que terá efeitos muito profundos e prolongados.

Através da vitória eleitoral, ou através de constrangimentos impostos pela nova ordem econômica, todos os países centrais, e, progressivamente, quase todos os partidos políticos relevantes (incluindo os socialistas), acabaram aderindo, durante esta década, à *inevitabilidade* de um novo projeto e de uma nova estratégia pautada no ideário do neoliberalismo econômico. Mais uma vez, a ação de um destino zombador parece acabar impondo a gregos e troianos uma nova utopia e uma nova estratégia, escrita com a linguagem e operável com os instrumentos da própria economia. Para isso passa-se por cima da crise da teoria econômica e da economia real, e sobretudo, praticamente ignora-se a crise e a crítica à política econômica. Neste sentido, o que aparece inicialmente como crise econômica acaba transformando-se, no final, em uma apologia sem precedentes, da própria economia e da realidade, como teoria ou como ideologia. De tal forma que hoje, no início dos anos noventa, fala-se a sua linguagem em quase todo o mundo. Tanto cidadãos como governos defendem as mesmas soluções e sonham com as mesmas coisas. Movidas por um imenso e deslumbrante paradoxo, as regras materiais são impostas pela nova ordem econômica mundial, transformando-se em constrangimento político incontrollável para os diversos governos nacionais. Isso aplica-se tanto a regras de ação prática, como à verdade teórica e à linguagem dos sonhos. Neste sentido assistimos, no final dos anos oitenta, a uma afirmação retumbante, crua e nua, da verdade do materialismo econômico promovida pela ação consciente e vitoriosa de uma política conservadora. A razão do consumidor, a eficiência utilitária, o mercado e o mínimo de Estado possível transformaram a década conservadora em utopia e regra universal de povos e de governos. A Razão econômica utilitária transformou-se assim em fundamento e linguagem da história, mais do que nunca universal e universalizada pela ação dos mercados e da vontade racional do *império*. Por isso, neste momento, a racionalidade da história aparece, como nunca havia sido o caso, no plano da história reflexiva narrada pela ideologia vitoriosa como ação da idéia econômica.

Da Inglaterra à Malásia, no Zaire, no Sudão ou na Alemanha, a linguagem das classes dominantes é uma só, e traduz para o plano local o novo grande consenso político e econômico, con-

sagrado sobretudo depois que o Leste europeu, passando por cima das cinzas do socialismo real, também começa a acreditar na possibilidade de um desenvolvimento universal impulsionado, hipoteticamente, pela força criativa do indivíduo utilitário e pela ação equalizadora do mercado.

Portanto, quando ainda se fala em crise política ou econômica, há que distinguir o que se passa hoje nos países capitalistas centrais do que está ocorrendo, paralelamente, nas suas periferias, ou mesmo do que ocorreu nos países centrais nos anos sessenta e setenta. Atualmente, os países do Norte capitalista vivem um momento de euforia, ordem e vitória, ainda que isso possa vir a ser passageiro. Para eles parece que a história readquiriu sentido e marcha na direção correta. No Centro, os trabalhadores e suas organizações encontram-se hoje mais desarticulados que nunca e sem uma estratégia comum, enquanto na periferia capitalista e no decomposto mundo socialista reinam o silêncio e a disciplina, e a única estratégia de suas elites tem sido lutar pelo beneplácito econômico dos países centrais e/ou de seus capitais privados. Isto ocorre apesar de, como indicam claramente os dados, a década de oitenta ter testemunhado uma extraordinária concentração de riqueza paralela e simétrica à acumulação de poder nos planos nacional e internacional.

Como já dissemos, depois da queda do Muro de Berlim e da derrota de Bagdá, o poder policial-militar do mundo concentra-se, praticamente, nas mãos de um só país. Depois da reestruturação da economia mundial, ocorrida nos anos oitenta, o poder de investimento mundial é detido por menos de duzentos grandes conglomerados econômicos e cerca de vinte bancos internacionalizados. Este é o verdadeiro retrato do mundo econômico e político dos vitoriosos. Para eles não há, neste momento, nenhuma crise de proporções históricas. O que não quer dizer que não se mantenham entre os vitoriosos contradições ou fatores potenciais de crises econômicas, políticas, ideológicas ou militares a médio ou a longo prazo. Não se pode, portanto, desconhecer a indiscutível decadência de alguns setores da economia norteamericana, onde a produtividade e a competitividade encontram-se em queda livre, provocada pelos avanços tecnológicos asiáticos e mesmo europeus. Tampouco podem-se desconhecer as dificuldades de compatibilização comercial e financeira dos três centros — Japão, Alemanha e Estados Unidos — a médio prazo, em torno dos quais se articulam atualmente os interesses vitoriosos e sobre os quais pressiona uma vultuosa massa de riqueza financeira. Por outro lado, são visíveis as dificuldades que se avolumam no Leste europeu, em franco processo de de-

sintegração e periferação econômica, processo que causa um impacto imediato na cidadela européia. Desde o início destas mudanças, a pressão migratória vem gerando reações defensivas por parte dos governos e comportamentos francamente agressivos e fascizantes por parte das populações, que vêem nisto uma ameaça aos empregos e às condições de vida conquistadas ou defendidas com extrema dificuldade nas últimas décadas.

A mais grave de todas as crises, potenciais ou preanunciadas, no entanto, talvez seja ética. Esta crise ética transparece no poder *militar-imperial*, que não encontra limite neste momento e parece não fundamentar-se em idéias, valores, ou mesmo interesses nacionais nítidos. No plano mais difuso e complexo do comportamento da sociedade, deixa-se para trás a ética do trabalho, fundada, em suas origens, no ascetismo protestante (como M. Weber ressaltou), e passa-se a conviver com uma sociedade de massas orientada pela ética do consumo, inevitavelmente hedonista e imediatista. Neste ponto talvez concentre-se, em nosso entender, a principal dificuldade e a principal dissonância entre o momento atual da sociedade norte-americana, em particular, e parte da sociedade européia, e o mundo capitalista asiático, por exemplo. Principalmente o Japão e a Coreia saltaram a vala do atraso relativo, e assumiram o comando de certos setores-chave da Terceira Revolução Industrial. Nestes países, ainda predominam uma ética nacional comunitária e de trabalho, ética já quase inteiramente substituída no Ocidente pelo utilitarismo e pela maximização imediata de vantagens, calculadas em termos cada vez mais rigorosamente individuais. Aliás, o núcleo central das idéias neoconservadoras hegemônicas, atualmente prescreve esta relação.

Estes problemas, entretanto, fatores ou mesmo contradições, são intrínsecos ao capitalismo, fazem parte de sua dinâmica cíclica, que supõe crises periódicas. Mas eles não parecem tornar mais próxima uma *crise final*, nem tampouco autorizar a afirmação de fim ou superação das relações e princípios racionais ou sociais que embasaram o prodigioso progresso deste sistema nos dois últimos séculos. É bem provável que tenhamos chegado ao fim do fôlego da Segunda Revolução Industrial, e estejamos entrando numa era onde a Terceira Revolução anuncia condições de produção e intervenção tecnológicas sobre o mundo dificilmente compatíveis com a nova ética hegemônica do individualismo utilitário. Mas, em nosso entender, isto não esgota a força da razão nem a idéia de progresso, tão caras à modernidade.

Além disso, não se pode ignorar o ressurgimento de problemas sociais agudos no início dos anos noventa. Eles são o produto

dos ajustes econômicos da década de oitenta, com sua consequente concentração da riqueza e aumento do desemprego.

10. O que aflige neste cenário é o silêncio dos derrotados. Depois da longa *transição*, a crise mudou de lado. O poder dos vitoriosos reconstruiu um espaço monocêntrico, fundado no poder, na riqueza e na razão econômica. Mas além disso, o poder dos vitoriosos fragmentou os derrotados, destruindo o núcleo central de suas capacidades e da vontade de resistência: a linguagem, que, durante mais de um século, uniu e homogeneizou todos os oprimidos e explorados do mundo em torno de uma utopia e de uma ética comum. De certa forma, todas as crises que vêm dos anos sessenta acabaram desembocando nesta grande derrota, que se configurou com toda a sua força e complexidade a partir de 1988 e que durará não se sabe até quando. Uma derrota do trabalho e da periferia, mas não do capital ou do mercado, e muito menos dos Estados centrais.

Já apontamos para uma trajetória de desconstrução da teoria, do projeto e da utopia socialistas que organizou as reivindicações trabalhistas em todo o mundo por quase dois séculos, e que no século XX emprestaram sua linguagem à luta dos povos colonizados por sua soberania política e econômica. Deste ponto de vista, poderíamos dizer que a década de oitenta apenas prolonga e aprofunda a crise do pensamento socialista, ao contrário do que aconteceu com o pensamento liberal conservador. A década começou com o esgotamento da experiência eurocomunista italiana e com a derrota político-econômica do projeto social-estatizante do governo Mitterrand. Seguiu-se a invasão do Afeganistão pelas tropas soviéticas e o emblemático abandono do marxismo por parte dos socialistas espanhóis, dando-lhes condições de acesso, em 1982, ao governo e ao comando de uma política econômica, conforme comentamos, desenhada segundo o novo figurino político-econômico neoliberal. Durante toda a década de oitenta, a desconstrução socialista deveu-se muito mais aos fatos do que à teoria.

No campo da teoria, o trabalho crítico-destrutivo já vinha dos anos anteriores. A adesão de alguns marxistas, em 1980, que ficou conhecida como *individualismo metodológico* ou *marxismo analítico*, já não tem mais relevância política. Sua única importância histórica talvez seja o papel de prova testemunhal da hegemonia exercida pelo pensamento liberal neste final de século, até mesmo dentro de um marxismo já sem fôlego próprio.

Os fatos propriamente ditos e seu impacto desestruturante se deram em três campos ou espaços fundamentais. O da desor-

ganização ideológico-estratégica dos partidos progressistas nos países capitalistas centrais; o da desmontagem do socialismo real, cujos pivôs foram o movimento Solidariedade na Polônia e o projeto da Perestroika na URSS; e o do fracasso econômico quase completo das experiências de desenvolvimento periférico patrocinadas por governos de libertação nacional, numa linha socialista, ou mesmo por governos burocrático-autoritários (com a exceção dos *tigres asiáticos*), numa direção capitalista. Como se sabe, quase todos países periféricos atravessaram a década de oitenta em crise permanente. Os partidos de esquerda europeia foram derrotados diversas vezes, quando não chegaram mesmo a desaparecer, por falta de identidade ou da alternativa diante do projeto conservador. No mundo socialista, depois da derrubada do Muro de Berlim, fica explícita a situação caótica, a ineficiência econômica e o grande entusiasmo pela idéia de mercado. Ninguém mais tem coragem de falar em planejamento ou coordenação estatal.

Uma década depois de Mitterrand desautorizar o caminho do reformismo estatizante, o desastre econômico do Leste completou na prática a crítica mais radical e a desestruturação mais completa das distintas variantes do projeto socialista vitoriosas no século vinte. Faltava apenas a vitória dos conservadores na Suécia, em 1991, pregando um projeto de desconstrução do protecionismo estatal excessivo, para completar o quadro de crise e de questionamento da variante social-democrata dos países nórdicos.

Inicia-se assim a década de noventa. Em todos os cantos do debate ideológico-político socialista, só se escuta a repetição monótona do ideário neoliberal, temperada por certa *preocupação social* e por uma estratégia de implementação assentada mais no pacto do que no enfrentamento social. Elites políticas e governos socialistas e social-democratas de todo o mundo rendem-se aos ajustes e reformas econômicas impostos pela nova ordem econômica globalizada. Neste sentido, completa-se o paradoxo que já enunciamos: a racionalidade econômica se desvela como fundamento da história universal e impõe, por obra conservadora, aos socialistas de quase todo o mundo, a rendição na forma e na adesão de seus governos a um neoliberalismo, imposta pela força material da economia. Ao aproximar-se o fim do século, os *oprimidos do mundo*, no centro ou na periferia, perderam sua causa, e sua linguagem vem sendo a do mercado e da maximização das utilidades individuais. Portanto, o grau de fragmentação, de desentendimento e de subjetivismos confusos, na qual se transformou a babel socialista (ou ex-socialista) não deve espantar. Se

antes já havia sido destruída a idéia de sujeito histórico e havia sido questionada a estratégia de revolução e de reforma através do Estado e dos Partidos, agora dissolve-se a confiança na possibilidade real de algo que possa ser chamado de socialismo, algo diferente do mundo capitalista.

Este foi o verdadeiro resultado da crise. Se durante as décadas de sessenta e setenta desconstruíram-se os fundamentos econômicos e políticos de determinada ordem e de determinado espaço ético, no final dos anos oitenta esta ordem estava reconstruída. Mas a fundamentação *científica*, histórica e política da ética socialista ficou desmantelada no caminho.

11. Esta intervenção não tem a ambição de enfrentar a discussão do que ficou conhecido em vários momentos destes vinte anos como crise da História, das ciências exatas ou, mais genericamente, da razão, com letra maiúscula ou minúscula. E nosso fôlego tampouco é suficiente para debater a importância adquirida pela ecologia e pelas religiões no espaço aberto pela crise da razão, ou, principalmente, pela crise das éticas modernas. Nossa intenção foi apenas chamar a atenção para certas assimetrias e contradições presentes ao espaço-tempo econômico e político mundial em que esta consciência de crise exacerbou-se, junto com o fim de uma era de sucesso econômico e político contínuo nos países centrais e de uma bipolaridade geopolítica que foi capaz de, durante muitos anos, balizar as discussões ideológicas e as opções políticas em quase todo o planeta.

Mesmo assim, parece importante ter presente a idéia de que a crise das ciências exatas se assemelha mais a uma projeção de um desencanto com a utilização ética da ciência sobre o que não passa de um momento de mutações rápidas vividas pelo conhecimento físico-matemático, perfeitamente capaz de reorganizar racionalmente as suas próprias concepções de *caos* e de *catástrofe*. Também parece importante não esquecer que a chamada *crise da História*, ou da filosofia da História, tem a ver com a descrença no *progresso* gerada pela utilização *ética* da tecnologia e pela ruptura econômico-política global ocorrida nos últimos vinte anos. Mas ela tem ainda muito mais a ver com o fracasso responsável pela descrença numa racionalidade histórica, que apontaria na direção socialista e fundaria o projeto revolucionário. Neste sentido, a *crise da História* tem tudo a ver com a desconstrução socialista ocorrida nesta era de transição.

12. A velocidade com que o ecologismo e a religiosidade avançaram neste período não parece carente de sentido. A ecologia rapidamente deixou de ser uma causa dos movimentos sociais e

partidos contestatários para transformar-se, nos anos oitenta, em bandeira genérica dos próprios governos conservadores.

No caso da religiosidade, parece que estamos assistindo a uma onda de misticismo individual nas classes médias e de fanatismo coletivo nos setores populares. Isso é perfeitamente compreensível num mundo de oprimidos, despojados de sua razão e de sua antiga ética. Mas também aqui destaca-se, de forma assustadora, a assimetria entre a busca humana e individual do sagrado, travada fora dos espaços institucionais, e por outro lado, o esforço conservador e institucionalizado de algumas seitas ou religiões que buscam reevangelizar o mundo ocidental e ocidentalizar o Oriente. Também neste caso o que mais chama a atenção é a maneira como o discurso da crise foi apropriado pelos que já não estão em crise, e como a prática da fragmentação vem abrindo o caminho para a passagem das Grandes Caravanas.

Endereço do autor:

Av. Alm. Álvaro Alberto, 210 / 904
22610-070 — Rio de Janeiro — RJ